

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PDB) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Antes da abertura da sessão, nós vamos assistir a uma apresentação da fanfarra da Associação Juliano Varela, em comemoração ao Dia Internacional da Síndrome Down, celebrado em 21 de março. A Associação Juliano Varela tem sido um exemplo nessa missão há mais de trinta anos. Convido todos os deputados para assistir a apresentação. Em tempo, gostaria de registrar a ausência do deputado Junior Mochi, que se encontra em Chapadão do Sul com o governador Eduardo Riedel, conforme justificativa na CI nº 2025/0016.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Senhoras e senhores, bom dia. Sejam todos bem-vindos. Em virtude do Dia Internacional da Síndrome Down, celebrado no dia 21 de março, teremos nesta manhã a apresentação da Banda Down Rítmica, com os alunos da Associação Juliano Varela. A banda é coordenada pelo maestro Marcelo Santos Perez, pela professora Steffhane Nery da Silva e pela musicista Maria Fernanda Rabelo Gomes da Costa. (Suspensa a sessão - 9h35min).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PDB) — Nesse dia em que é comemorado o Dia Internacional da Síndrome Down, é importante lembrar da importância da promoção da igualdade e de oportunidades, e ressaltar o compromisso desta Casa em promover políticas públicas. Gostaria de registrar que o Juliano Varela já foi aqui da Casa, e hoje temos o Bruno, a Kelly Cristina e o Leandro Santi, o "Lelê". O deputado Neno Razuk, vem apresentando projetos, emendas e cabe a nós renovarmos o compromisso de continuar com políticas públicas voltadas para atendimentos especiais. Que Deus abençoe e que a gente possa manter viva essa parceria e esse compromisso. Muito obrigado a todos. Está reaberta a presente sessão (09h42min). **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Quero parabenizar a Banda da Escola Juliano Varela, pela belíssima apresentação, e todos aqueles que trabalham junto às crianças especiais do nosso estado, especialmente as pessoas com Síndrome Down. *Ata da Décima Quarta Sessão*

*Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Quatorze da Décima Terceira Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: E-mail/Ofício nº 0096/2025, da Caixa Econômica; E-mail Transfere Gov.Br; Ofício nº 0188/2025, da CCRMS/Via. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Zeca do PT, Pedro Kemp, Professor Rinaldo, Antonio Vaz, Renato Câmara, Roberto Hashioka e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Mara Caseiro, Zé Teixeira e Junior Mochi. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Paulo Corrêa. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 280/2024, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Foi pedido vista do Projeto de Lei nº 29/2025, de autoria do Tribunal de Contas pelo deputado João Henrique. Foi pedido vista do Projeto de Lei nº 39/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes e outros pela deputada Gleice Jane. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de senhor Djalma Lucas Furquim; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada ao senhor José Eduardo Duenhas Monreal, pela posse como presidente do Sindicato Rural de Campo Grande, Rochedo e Corguinho, eleito para o triênio 2025 a 2028; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao prefeito municipal de Corumbá, senhor Gabriel Alves de Oliveira, extensiva às agremiações carnavalescas de Corumbá, pelo magnífico Carnaval de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao presidente da Escola de Samba Cinderela Tradição, senhor Diogo Miranda Corrêa; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Zé Teixeira, Renato Câmara, Antonio Vaz, Lucas de Lima, Pedrossian Neto, Paulo Duarte, Marcio Fernandes, Pedro Kemp, Caravina e Jamilson Name. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, treze de março do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 18 de março de 2025: E-mail da Transferegov.gov.br transferência especial - notificação de alteração do plano de trabalho - Plano de Ação nº 09032023-38174, executor: Fundação

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - 86.891.363/0001-20 (Prot. nº 0618/2025); E-mail da Transferegov.br - transferência especial - notificação de alteração no plano de trabalho - Plano de Ação nº 09032023-38174 - executor: Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 0617/2025); Ofício nº 2.333/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 3538/2024); Ofícios nºs 264, 266 e 268/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp, Jamilson Name e Lucas de Lima (Prot. nºs 3906/2024, 38/2025, 84/2025); Ofício nº 132/2025, da Prefeitura Municipal de Batayporã, encaminhando solicitação de reconhecimento de situação de emergência; Cartas nºs 413, 414 e 447/2025, da Águas Guariroba, respondendo às indicações dos deputados Antonio Vaz, Jamilson Name e João Henrique (Prot. nº 012/2025). Senhor presidente, conforme sua solicitação está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, peço licença para fazer a leitura aqui da Mesa Diretora.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Autorizado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, estou encaminhando uma moção de congratulação com muito orgulho de ser deputado do Mato Grosso do Sul, até porque eu sou engenheiro. Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Mateus Sivieri Pistori, aluno do 2º ano do Colégio Montessori, em Campo Grande, pela conquista da medalha de ouro no International Talent Mathematics Contest 2025, Concurso Internacional de Talentos em Matemática, realizado nos dias 26 e 27 de fevereiro em Bangkok, capital da Tailândia, elevando o ensino do Estado de Mato Grosso do Sul ao cenário mundial, tornando-se inspiração para a geração presente e futura. Justificativa. Esse aluno ganhou em Campo Grande o Talent Mathematics Contest 2025, posteriormente ganhou no Brasil e, por fim, ganhou o mundial de matemática em Bangkok, capital da Tailândia, representando o Concurso Internacional de Talentos em Matemática. Então ele é um exemplo para nós e para todos os estudantes do Mato Grosso do Sul, porque excelência em qualquer matéria só depende do aluno, depende de estudo. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao José Ary Cavalheiro Ribeiro Ramires, aluno do 2º ano do Colégio Montessori, em Campo Grande, que também representou o Brasil e ficou em 3º lugar. Portanto, o Mato Grosso do Sul ganhou o primeiro e o terceiro lugar do mundo

nas Olimpíadas de Matemática, e isso é motivo de comemoração, inclusive eu gostaria de entregar essa moção de congratulação para esses dois alunos em uma sessão aqui na Assembleia Legislativa, para valorizar o ensino de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar uma moção de pesar. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos amigos e familiares de André Luiz Morrison Fernandes, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 14 de março de 2025. Conhecido por ser um ser humano carismático, profissional brilhante, atleta que fez história no handebol do estado, era formado em Educação Física, pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), trabalhava na execução de projetos na diretoria de gestão de políticas de excelência e capacitação esportiva da Fundesporte, foi árbitro da Federação de Handebol de Mato Grosso do Sul, e nos anos 1990 se destacou como atleta de handebol no interior de São Paulo. Atuou como professor da rede pública na área rural, foi servidor da Secretaria de Estado de Educação, e ex-sócio-proprietário do Boi Teco, na avenida Pontalina, local que marcou história musical na região do Santo Eugênio. Apaixonado pela família, André Luiz deixa saudades e seu legado para os filhos Rafael e Luiz Fernando, além da neta recém-nascida, Cecília, e sua noiva, Jaqueline Lopes. Filho do ilustre professor de handebol João Aguiar, um dos mais importantes treinadores da modalidade no estado, e de Maria Cecília Morrison Fernandes, mulher de fibra que nos anos 1980 deixou o Rio de Janeiro com os filhos pequenos e veio construir uma história de vida na capital do Mato Grosso do Sul. A luta de André Luiz mobilizou centenas de pessoas que foram ao Hemosul doar sangue em seu nome, tanto na capital quanto no interior. Orações por sua saúde tomaram conta de grupos de amigos e amigas no WhatsApp. Certo de que o André será sempre lembrado carinhosamente por todos que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e pelo legado que deixou no esporte do estado, esta Casa de Leis expressa sua solidariedade aos seus familiares, seus pais, João Aguiar e Maria Cecília, seus filhos, Rafael e Luiz Fernando, seus irmãos, Fábio, Felipe e João Paulo, e a sua noiva, Jaqueline Lopes, bem como aos amigos e colegas de profissão da Fundesporte. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando reforço no policiamento ostensivo no bairro Rita Vieira, em Campo Grande. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Têmis de Oliveira, diretor-presidente do Consórcio

Guaicurus, com cópia ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande (Agetran), solicitando estudo urgente no sentido de disponibilizar linha de ônibus para atender os acadêmicos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul aos sábados. Essa é uma demanda de diversos acadêmicos da UEMS que vêm enfrentando dificuldade de acesso à universidade aos finais de semana, já que a grade de alguns cursos conta com aula presencial aos sábados e a linha que atende a universidade só funciona de segunda a sexta-feira. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, só para fazer um registro importante para todos nós do meio político de Mato Grosso do Sul, que ontem fez exatamente dois anos da partida do deputado Amarildo Cruz, amigo e companheiro de longa data da Secretaria de Fazenda e dos tempos do PT. Eu quero deixar registrado, visto que ele foi uma figura importante no Parlamento sul-mato-grossense e na política do nosso estado. Amarildo Cruz está em bom lugar. Amarildo vive.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão e àqueles que nos acompanham através da Rádio e TV Assembleia. Senhor presidente, eu gostaria de encaminhar duas moções de pesar, uma delas o deputado Pedro Kemp acabou de ler, mas eu quero reiterar o nosso sentimento de pesar pelo falecimento do jovem André, pessoa querida, que deixa um legado de bons exemplos para toda a sociedade sul-mato-grossense. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à senhora Lilian Regina Riveros Monteiro Salgado Silvestrini Araújo, em decorrência do falecimento do seu esposo, Rubens Milton Silvestrini de Araújo, professor da Universidade Federal, que faleceu no dia 17 de março de 2025. A Lilian, senhor presidente, é uma servidora desta Casa, aposentada, psicóloga, e viveu dias muito difíceis quando aqueles dois jovens acadêmicos foram assassinados ali pertinho da Uniderp...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente. Com a anuência do deputado Professor Rinaldo, eu gostaria de assinar com ele essa moção de pesar.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja

encaminhada uma moção de pesar à senhora Vera Ondina Nogueira Boscarski, em decorrência do falecimento do seu esposo, Valdo Anderson Boscarski, ocorrido no dia 11 de março de 2025, nesta Capital. E, por último, eu gostaria de colocar sobre a Mesa algumas reivindicações endereçadas à gestora de Campo Grande, porque a cidade está parecendo um queijo coalhado de tanto buraco. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando o recapeamento e Operação Tapa-Buraco nas ruas da nossa Capital. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada uma moção de congratulação às senhoras Rosângela Machado e Shirley Machado, proprietárias da empresa Metraton Embalagens e Limpeza, que está há vinte anos em Campo Grande, gerando emprego e renda. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Davis Martinelli, vereador do município de Três Lagoas, e do Claudomiro Martins, vereador de Costa Rica. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e nobres colegas parlamentares. Indico a Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Euro Nunes Varanis Júnior, superintendente regional do Dnit no Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando a manutenção da via e construção de meio-fio na BR-163, no trecho que passa pela cidade de Eldorado. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Enedir Delevatti, visto que o meio-fio é essencial para a organização da via, contribuindo para a segurança dos motoristas, pedestres, além de auxiliar o escoamento adequado da água das chuvas, reduzindo o risco de erosões e danos ao asfalto, além disso, a presença do meio-fio delimita as margens da rodovia, evitando invasões indevidas na pista e promovendo maior durabilidade da pavimentação. Dessa forma essa melhoria representa o investimento na segurança viária e na conservação da estrada. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando que seja realizado a Operação Tapa-Buraco, na rua Franklin Espíndola, bairro Taveirópolis, nesta capital. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada pelo senhor Everton Medeiros, visto que a referida rua

apresenta um buraco significativo que tem dificultado o acesso de veículos e pedestres, causando grandes transtornos aos moradores da região. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, caros deputados, assistentes, público presente, todos que nos acompanham pelas redes sociais, TV e Rádio Alems. Eu trago hoje três indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópias autônomas ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, e ao diretor da empresa Técnica Construção e Locação de Equipamentos, solicitando que seja feito o serviço de reforma e ampliação da Escola Estadual Adilson Alves, localizada no município de Brasilândia, uma vez que o serviço executado pela empresa apresenta falhas estruturais e funcionais, comprometendo a segurança, o bem-estar dos alunos e professores, gerando transtornos para a comunidade escolar. Essa é uma solicitação do vereador Alexandre, dos moradores e dos alunos da escola. O governo fez um grande trabalho de reforma em várias escolas estaduais no Estado, no intuito de melhorar a infraestrutura da educação, mas, especificamente, nessa reforma é que nós estamos tendo problema. Isso já foi informado à Secretaria de Educação, mas eu estou formalizando o pedido feito para o Paulo Maracrilha, que atua na área da infraestrutura, para que ele notifique a empresa, visto que a obra está na garantia e está apresentando problemas. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da lagro, Daniel de Barbosa Ingold, solicitando a disponibilização de servidores de campo e administrativo para o quadro de funcionários da unidade de atendimento do lagro no município de Nova Andradina, devido à crescente demanda de atividades na unidade, o que exige um número maior de profissionais para garantir o bom andamento do serviço prestado. Esse pedido veio da vereadora Marcia Lobo, por conta da importância do lagro naquele município. Nova Andradina todos sabem que é um polo regional que atende toda a região do Vale do Ivinhema, e o efetivo da lagro não é o suficiente para o atendimento. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário Guilherme Alcântara e ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon, solicitando intervenções urgentes para a modernização do aeroporto de Nova Andradina, com demandas que incluem reforma da pista, construção de terminal receptivo e demais melhorias da estrutura aeroportuária, dada a necessidade de adequação da infraestrutura atual. Eu estive em uma agenda com o prefeito Leandro Fedossi e apresentei a ele alguns

problemas que estão ocorrendo na pista que foi reformada, lembrando que essas ações vão de encontro com o programa que o Governo do Estado vem fazendo na estruturação de aeroportos dos municípios do Mato Grosso do Sul. É de suma importância que os aeroportos estejam em condições de uso, especialmente no município de Nova Andradina que é um polo regional, já que o nosso estado se desenvolve a passos largos. Nós já fizemos uma agenda com o superintendente de aviação, senhor Derek Machado, solicitando que as intervenções necessárias sejam feitas o mais rápido possível. Senhor presidente, por hoje é só.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao prefeito do município de Aquidauana, senhor Mauro Luiz Batista, com cópia ao secretário municipal de Cultura e Turismo, Youssef Saliba, pela realização das festas de carnaval naquele município, as famosas Pirafolias, no distrito de Piraputanga. A festa realizada pela prefeitura, através da Sectur, foi amplamente elogiada pela qualidade, organização e pela participação popular. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento de Extensão Rural (Agraer), senhor Washington Villeman Souza, e ao secretário executivo da Agricultura Familiar, senhor Humberto Melo Pereira, solicitando a viabilização de uma patrulha mecanizada com implementos agrícolas para atender os agricultores da Associação de Moradores da Aldeia Taboquinha, localizada no município de Nioaque. É isso, senhor presidente. Agora quero solicitar a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, na próxima terça-feira, dia 25, estará sendo realizada em Brasília a Conferência Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras nas Indústrias de Celulose do Brasil, particularmente com uma grande representação de Mato Grosso do Sul na medida em que nós crescemos e nos destacamos como um dos estados mais importantes na área de implantação de indústria celulose. Senhor presidente, como presidente da comissão, eu gostaria de solicitar autorização de Vossa Excelência para representar esta Casa no evento do dia 25, em Brasília, e no dia 26 cumprir agenda do interesse das comunidades indígenas do nosso estado, com a presidência da Funai, com a ministra da Agricultura Familiar e com o Ministro da Defesa, para tratar das terras da União de posse das Forças Armadas, particularmente do Exército,

para a Agricultura Familiar. Portanto, quero comunicar a minha ausência na terça e na quarta e pedir a autorização de Vossa Excelência para representar esta Casa na conferência a ser realizada. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Coronel Davi.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, foi confirmado agora pelo doutor Fábio, que é o seu secretário na Mesa, que até o momento só recebemos as providências que serão adotadas pelos Poderes e órgãos apenas do Ministério Público. O Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, até o momento não entregaram as medidas a serem adotadas no combate à violência doméstica e ao feminicídio. Ontem, eu acompanhei pela imprensa a assinatura do protocolo do Tribunal de Justiça com o Governo do Estado, e me chamou a atenção a duração desse protocolo que é de cinco anos. Entendo que é um prazo demasiadamente longo para que a Secretaria de Segurança Pública, através da Polícia Militar, faça o cumprimento das intimações àqueles que estiverem sendo acusados de violência doméstica. Entendo também que foi esse o sentimento da nossa reunião com todos os órgãos e Poderes aqui na Assembleia, para que pudéssemos nos unir... Mas cinco anos, senhor presidente? Em cinco anos o Poder Judiciário não vai ter recurso suficiente para fazer um concurso de oficial de justiça? Digo isso porque essa decisão não foi bem recebida no meio da Polícia Militar. Volto a repetir que nós temos que dar as mãos para evitar a violência doméstica, evitar o feminicídio, mas cinco anos eu acho um tempo muito longo. Eu penso que nesse período o Poder Judiciário teria condições de efetivar mudanças, de apertar gastos, fazer investimentos de contratação de oficiais de justiça e liberar a PM para o trabalho que ela tem que fazer, que é prevenir o crime e proteger o cidadão. Cinco anos é muito tempo. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência informa que as intimações já foram encaminhadas para as comissões, para o Ministério Público e para o Tribunal de Justiça, para que a gente possa compilar todos esses dados. Eu reforço a Vossa Excelência que concordo em gênero, número e grau com relação à competência. Você atender uma necessidade de imediato é uma coisa, mas tornar competência da Polícia Militar essa intimação é outra, já que os orçamentos são organizados, cada um dentro da sua competência, de orçamento próprio. Então, é necessário demandar esse assunto para o Tribunal de Justiça. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente e nobres colegas! Ainda dentro dessa pauta, quero dizer que cinco anos é muito tempo para a gente esperar mudanças no sentido de prevenção à violência contra as mulheres.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, só para esclarecer. Não é esperar cinco anos, esse é um acordo, e mesmo que as intimações estejam atrasadas, a Polícia Militar pode fazer as intimações imediatamente. O que o deputado Coronel David colocou é que é muito tempo para ficar a cargo da Polícia Militar, já que o órgão competente para fazer isso é o Tribunal de Justiça.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim, deputado, uma das problemáticas, uma das situações que a gente levanta, é que falta efetivo para dar continuidade na política, inclusive essa foi uma das pautas que nós tratamos ontem em conversa com o governador. Então, se é necessário desviar um servidor que já está nessa função, a gente precisa de concurso para ter mais pessoas para atender. Quando eu falo em cinco anos, realmente é muito tempo para se ter pessoas em desvio de função quando tem outras demandas para serem atendidas. Então, as mulheres não podem esperar todo esse tempo, a violência doméstica não tem esse tempo todo. Eu vou apresentar uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvi o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando que enviem esforços para viabilizar a abertura de uma folha de pagamento complementar, garantindo a efetivação do pagamento dos professores contratados da rede estadual de ensino, que, por razões administrativas, não foram incluídas na folha referente ao mês de fevereiro. Hoje recebi a notícia de que já receberam, mas existem dúvidas, porque há professores que não foram incluídos nessa primeira folha, que receberam valores diferentes, e eles não sabem exatamente quanto devem receber. A gente precisa ter uma política institucional que extrapole todos os anos para que isso não se repita, porque todo início de ano é a mesma história com relação aos contratados: eles ficam sem receber no mês de fevereiro pelo fato de não terem trabalhado em janeiro. Os contratados começam a trabalhar em fevereiro, sempre com a angústia de não saber se vão ou não conseguir emprego. Então, os professores não podem ter educação como um bico, tem que ter um trabalho sério e uma política institucional que garanta que todos os professores contratados tenham a garantia de que vão receber o seu salário imediatamente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Permita-me um aparte, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pois não, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu recebi essa demanda mais do que justa e procedente, conversei com o secretário Hélio e ele me disse que o pessoal da SAD estava vendo a possibilidade de retroagir esse salário para os professores convocados. Então, espero que a gente tenha êxito, porque eles são mais do que merecedores. Obrigado pela concessão do aparte.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigado pelo aparte, deputado. Nós também entendemos que para resolver essa situação de forma definitiva, é preciso ampliar os concursos públicos e efetivar todos os professores, para não termos mais esse problema. Nós precisamos fazer esse debate, eu já questionei sobre as vagas puras, mas a Secretaria de Educação ainda não respondeu da forma necessária. O Governo precisa começar a ter mais transparência nessas vagas, porque a gente sabe que o quadro de contratados é maior do que o quadro efetivo. A gente precisa saber quais são as vagas puras desse quadro, para poder ampliar o concurso público. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação em reconhecimento aos quarenta anos da trajetória e militância do grupo TEZ, um grupo que tem uma trajetória de militância contra a discriminação racial e a promoção na igualdade étnica e racial no estado. E, por último, quero fazer leitura de um projeto de lei que nós apresentamos ontem à tarde. Esse projeto dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Meninas no Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul decreta: Artigo 1º - Fica criado o Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Meninas (Efevimm), vinculado à Secretaria de Estado da Cidadania, por meio da Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, com a finalidade de garantir recursos financeiros para o desenvolvimento de ações e programas voltados à prevenção e ao enfrentamento da violência contra mulheres e meninas no âmbito estadual. Artigo 2º - Constituirão receitas do Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Meninas: I - dotação orçamentária específica consignada no orçamento estadual; II - recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou contratos celebrados com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais; III - doações de pessoas físicas ou jurídicas; IV - transferências voluntárias da União ou dos municípios; V - outras receitas eventuais destinadas ao Fundo. Artigo 3º - Os recursos do Fundo Estadual serão aplicados exclusivamente em ações, projetos e programas destinados: I - à prevenção, combate e enfrentamento à violência contra mulheres e meninas; II - ao acolhimento e atendimento especializado às vítimas; III - à promoção de campanhas educativas de conscientização e prevenção; IV - ao treinamento e capacitação de profissionais envolvidos no atendimento às vítimas; V - ao desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre violência contra as mulheres e meninas no Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 4º - A gestão do Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e

Meninas será realizada pela Secretaria de Estado da Cidadania, por meio da Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Parágrafo único - A fiscalização da gestão do Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Meninas será executada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Artigo 5º - Caberá à Secretaria de Estado da Cidadania, por meio da Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres: I - coordenar e executar as ações, projetos e programas financiados pelo Fundo; II - prestar contas regularmente ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e ao Tribunal de Contas do Estado; III - garantir a transparência e publicidade na aplicação dos recursos. Artigo 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação. Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Esse é mais um projeto de lei que tem o intuito de combater a violência contra as mulheres, no Estado de Mato Grosso do Sul, considerando que os números da violência ainda são muito altos e que nós estamos discutindo que a necessidade de financiamento. Portanto nós precisamos de recurso e de transparência no financiamento da política pública, e o fundo tem como objetivo e característica esse investimento e também transparência. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares. Eu tenho três indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, e ao senhor Mauro Azambuja, da Agesul, solicitando a construção de um trevo na rodovia MS-157, com acesso ao distrito de Santa Terezinha, no município de Itaporã. A presente proposição encontra justificativa na Indicação nº 020/2025, de autoria do vereador Lindomar de Freitas, de Itaporã. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Corrêa Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura, Guilherme Alcântara, e ao senhor Mauro Azambuja, da Agesul, solicitando a implantação de um redutor de velocidade na rodovia MS-080, em frente ao Recanto dos Pintados, no município de Corguinho. Esse é um pedido do vice-prefeito de Corguinho, senhor Jeffer Aparecido Peres da Silva. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Corrêa Riedel; ao secretário de Estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa; à secretária de Estado de Assistência Social de Direitos Humanos, Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira; e à secretária de Estado de Cidadania, senhora Viviane Luiza da Silva, solicitando a realização de estudos técnicos, em nível de estado, com vistas ao desenvolvimento de um programa de incentivo aos municípios sul-mato-grossenses, por

meio de orientação e suporte técnico e/ou da destinação de recursos financeiros para implantação e ampliação do serviço de atendimento multidisciplinar especializado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nós temos recebido, em nosso gabinete, vereadores e prefeitos de vários municípios, falando que não contam com o atendimento multidisciplinar especializado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista, tampouco com serviços ofertados para as pessoas que possuem deficiências. Os municípios carecem de muitas necessidades, e uma que tem sido recorrente é o serviço de atendimento ao autista. Então, nós estamos pedindo ao Governo do Estado que seja repassado recurso para os municípios para constituição dessas equipes multidisciplinares, ou então, destine especialistas que possam atender as famílias que carecem desse atendimento para os seus filhos. É isso, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: seis indicações (Prot. nºs 00604/2025, 0609/2025, 00608/2025, 00607/2025, 0606/2025, 0605/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: duas indicações (Prot. nºs 00595/2025, 00594/2025). De autoria do deputado João Henrique: uma moção de pesar (Prot. nº 00628/2025); dois projetos de lei (Prot. nºs 00612/2025, 0596/2025). De autoria do deputado Caravina: três indicações (Prot. nºs 00639/2025, 00638/2025, 00636/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: quatro indicações (Prot. nºs 00600/2025, 00599/2025, 00598/2025, 0597/2025); duas moções de pesar (Prot. nºs 00602/2025, 00601/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 00588/2025, 00587/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 00637/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: quatro indicações (Prot. nºs 00611/2025, 00642/2025, 00640/2025, 00641/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00592/2025, 00593/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: três indicações (Prot. nºs 00620/2025, 0616/2025, 00613/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de congratulação (Prot. nºs 00627/2025, 00625/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas moções de congratulação (Prot. nºs 00625/2025, 00627/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: três indicações (Prot. nºs 00591/2025, 00590/2025, 00589/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: um projeto de lei (Prot. nº 00610/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 00626/2025, 0624/2025, 00623/2025, 00622/2025, 0621/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 0632/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 00631/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrições, com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão do orador — Presidente, eu venho aqui mais uma vez para falar sobre o feminicídio e sobre a violência contra a mulher. Vou dividir o meu tempo com o deputado Caravina, que também tem uma pauta importante

sobre o concurso público que tem a ver com esse tema. Na última reunião que nós fizemos aqui falando sobre o feminicídio que envolveu a jornalista Vanessa Ricarte, nós, mulheres da bancada do PT, decidimos imediatamente que iríamos conversar com todos os Poderes, com os movimentos e organizações de mulheres, com as vítimas, com as associações e acompanhantes das vítimas. Conversamos com o Tribunal de Justiça, com a Defensoria Pública, com o Ministério Público Estadual, com a Subsecretaria de Mulheres, com a Secretaria de Cidadania, e encerramos ontem com o governador Eduardo Riedel, o vice-governador Barbosinha, a secretária Viviane e a subsecretária de Mulheres, Manuela. Essa foi uma iniciativa da bancada das mulheres do PT, por entender que nós precisávamos levar justamente as mulheres dos movimentos sociais que acompanham essa situação há décadas, que estão nessa luta e que precisavam falar para todos os Poderes como elas estavam se sentindo com relação a essa situação. Acho que tivemos avanços importantes, fizemos uma primeira rodada de conversas com todos os Poderes e, por fim, tivemos uma reunião bastante produtiva com o Governo do Estado, onde as mulheres apresentaram as suas dores, algumas delas que já foram vítimas de violência se emocionaram ao dizer como é esse processo, como é o fluxo do trabalho, e como elas se sentem diante do atendimento quando uma mulher está numa situação de violência. Todas essas mulheres relataram situações que apresentam algumas deficiências no sistema e que precisam ser sanadas. Nós apresentamos diversas propostas e junto com o trabalho que estamos fazendo ao longo desse tempo, apresentamos projetos de lei e propostas para o Governo do Estado, no intuito de podermos avançar. Uma das propostas foi o projeto de lei que institui a política de capacitação para os servidores e servidoras que estão no atendimento direto às mulheres, mas também os que estão no atendimento à educação, à saúde, porque nós entendemos que para combater a violência contra as mulheres é necessário ter um trabalho de transformação das relações entre homens e mulheres na sociedade. Para isso é importantíssimo capacitar os servidores e servidoras, porque a gente percebe que como não há um letramento de gênero nesses espaços, as pessoas não conseguem identificar o que é uma violência de gênero, o que é uma violência contra as mulheres em determinadas ocasiões. No caso da Vanessa Ricarte, por exemplo, nós constatamos que ela estava apaixonada, mas isso não pode ser motivo para uma violência contra as mulheres, mesmo porque elas têm o direito de se apaixonar, de amar, de perdoar, mas elas não podem ser vítimas de violência. Isso não diz respeito às mulheres, diz respeito a uma relação estabelecida na sociedade de desigualdade entre homens e mulheres, nós precisamos debater essas relações. Houve uma outra tentativa de feminicídio, aqui no estado, em que a polícia disse que o agressor estava com ciúmes, mas isso não pode ser motivo para violência. Relações afetivas não podem legitimar agressões feitas contra as mulheres, porque as mulheres também têm ciúmes, mas não tentam matar nenhum homem, e é por isso nós precisamos capacitar esses servidores. Eu quero dizer que esses servidores erram,

não porque estão compactuando com a violência, mas porque não sabem realmente o tratamento que devem dar a esses casos, e por isso é fundamental que a gente tenha uma política de capacitação continuada para todos os servidores que estão no atendimento das mulheres em situações de violência. É preciso garantir que a violência deixe de existir e, para isso, nós precisamos discutir lá na educação, temos que garantir nas escolas um debate sério de enfrentamento à violência contra as mulheres. O deputado Pedro Kemp apresentou aqui um projeto que fala sobre assédio nas escolas. Acho importantíssimo debater esse assunto nas escolas, mesmo porque falar sobre assédio significa falar sobre diversos assuntos, sobre sexualidade, sobre o corpo humano, sobre as relações. É preciso falar sobre isso, mas hoje os professoras têm medo. Atualmente há um número altíssimo e crescente de denúncias de assédio dentro das escolas, e como nós vamos combater isso se a gente não fala sobre o problema exatamente onde ele está. Então, a capacitação é fundamental para garantir que as mulheres, meninas e crianças estejam protegidas em todos os espaços onde elas estão. Nós precisamos garantir financiamento público com relação às políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, inclusive nós apresentamos ontem esse projeto de lei ao governador, no intuito de criar um fundo, e ele disse que dinheiro não é o problema. Então, nós precisamos saber para onde está sendo destinado esse dinheiro de enfrentamento à violência contra as mulheres, porque ele passa por vários segmentos. É preciso ter investimento na saúde, na educação, na segurança pública, e garantir que as mulheres não sejam vítimas. Não queremos garantir atenção somente na Casa da Mulher Brasileira, nós precisamos garantir que essas mulheres nem cheguem lá, precisamos garantir a transformação das relações no Estado de Mato Grosso do Sul. Esse debate da transformação das relações precisa ser liderado pelos homens que estão no poder, e aqui eu chamo a atenção dos deputados, dos homens que estão nos espaços de autoridade, para que eles assumam essa responsabilidade, entendam essas relações e o porquê o homem se sente no direito de violentar uma mulher. É preciso que os homens mudem e assumam essas relações, e isso se faz dialogando, porque nós, mulheres, não vamos mais aceitar a culpa das violências, não podemos aceitar que as servidoras públicas, que as mães, que as mulheres sejam culpadas. Portanto, se a gente não mudar essas relações, não vai ter policial suficiente para combater, não vai ter recurso suficiente para isso, e precisamos ter coragem de enfiar o dedo na ferida e falar exatamente sobre o que é que está atingindo. Temos que garantir nas escolas o direito de os professores falarem sobre todos os assuntos que dizem respeito ao conteúdo deles. Quando eu estudava, na oitava série, participei de uma feira de ciências e o meu grupo apresentou um projeto sobre o uso da camisinha, sobre a importância da prevenção à saúde, ou seja, naquela época nós falávamos sobre sexualidade porque isso é conteúdo da escola. Não podemos deixar de falar sobre esses temas, mas para que isso aconteça, é preciso garantir que os professores tenham segurança em falar sobre o assunto, assim como não podemos

proibir as mulheres trans de circular pela escola, porque a mulher trans é também uma mulher, e na medida em que a gente violenta uma mulher trans, estamos garantindo a violência contra todas as mulheres. Mulher trans é mulher e precisa de segurança como todas as outras, ela tem o direito de ir e vir, de circular por onde ela quiser e nós não temos que questionar esse direito. Portanto, ao escrachar uma mulher trans, ao questionar a sua existência dentro da educação, nós estamos legitimando as violências contra as mulheres. Quando eu falo da formação da capacitação é porque nós temos que saber exatamente... Eu percebo que é uma desconexão da realidade, inclusive com a legislação de proteção às mulheres na sua forma de existência, seja mulher cis, sejam mulheres trans, e precisamos avançar nesse debate também. Apresentei aqui também uma indicação sobre a criação da Secretaria de Mulheres porque entendemos que é necessário garantir uma secretaria específica de atendimento às mulheres, no Estado de Mato Grosso do Sul. Nós temos uma subsecretaria que reduziu muito de tamanho no governo passado, eram quinze ou dezesseis mulheres, agora são seis, e isso diz respeito à forma de como as mulheres estão sendo enxergadas dentro desse novo governo. Essa foi uma das pautas que nós apresentamos ontem para o Governo do Estado, sobre a necessidade de fortalecer esses instrumentos. Esses são alguns dos temas que apresentamos aqui durante esse ano, inclusive, deputada Mara, na conversa que tivemos com o presidente Gerson Claro, nós apresentamos a necessidade de aprovar um projeto de Vossa Senhoria sobre a Procuradoria da Mulher, um caminho importante para a gente ouvir sobre como está a situação de violência contra as mulheres. Nós precisamos, deputada Mara, ter um canal de escuta das mulheres servidoras para sabermos como está a situação das mulheres servidores da Casa, se elas estão passando por situações de violência. É preciso cuidar também das mulheres aqui da Casa, e ao fazer esse processo de escuta, nós vamos perceber inúmeras outras situações de violência que existem também no Estado de Mato Grosso do Sul. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Permita-me um aparte, deputada?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pois não, se Vossa Excelência for rapidinho.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Primeiramente quero dizer que esse é um tema que desde o primeiro mandato é debatido aqui, e ao ouvir Vossa Excelência, eu volto lá no "status quo" da família que é a base da sociedade, porque tudo o que a gente vê é por conta de uma família desestruturada. Se nós tivéssemos uma família organizada, como diz o Rui Barbosa, a célula mater da sociedade, nós teríamos princípios, teríamos cordialidade, respeitabilidade, independentemente da cor, do time que torce, da opção sexual. Essa é uma grande realidade! E aí cai para nós, o poder público, dar vazão

a essas demandas tão grandes. Nós temos a Lei Maria da Penha, que é uma lei que funciona, existem alguns problemas, mas ela já ajudou a salvar milhares de mulheres. Temos que ter penas duríssimas, mas por outro lado, investir na educação. Eu concordo com Vossa Excelência: temos que discutir com a classe estudantil, precocemente, o princípio da tolerância e do amor ao próximo. De acordo com um projeto que nós reapresentamos aqui, se o homem maltratar uma mulher, o estado tem que ser ressarcido pelo empenho que ele vai fazer para dar resposta para o BO, para dar resposta para essa situação. Esse projeto já tem dezessete assinaturas e eu tenho certeza de que a CCJR vai aprovar, porque já é lei no Distrito Federal, e o nosso estado será o segundo da Federação a punir aqueles que cometem crime contra a mulher. Obrigado pela concessão do aparte.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigado, deputado Rinaldo, mas é importante lembrar que o grande número de violência contra as mulheres acontece no interior das famílias e dentro de casa, não podemos esquecer esse detalhe quando pensamos em estrutura das famílias. Eu acho que a gente tem que entender as famílias dentro da sua pluralidade, entender e respeitar as diferentes formas de se constituir uma família, porque a família é um lugar onde a gente constrói afetividade, relações, é onde se fortalece o vínculo das relações e de proteção. Nesse sentido, nós precisamos fortalecer as famílias porque tanto a violência doméstica, quanto a violência contra as crianças acontecem dentro de casa. A escola identifica as violências, chama o Conselho Tutelar, mas nós temos que discutir essas violências também no interior das famílias. Eu acho, deputado, que nós podemos aprofundar esse assunto em um outro momento, mas vamos continuar fazendo esses debates sobre as formas e o que significa a violência contra as mulheres, para começarmos a avançar. Encerro essa fala dizendo que apresentamos dois projetos parecidos com o que foi negado na CCJR no ano passado: um deles intitui a política de informação, que é fundamental e precisa ser garantida, e o outro cria o fundo, porque se não tiver um fundo e transparência para as mulheres, não teremos a segurança de que estamos enfrentando e investindo na proteção às mulheres. Obrigada.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Primeiramente eu quero agradecer à deputada Gleice Jane pela concessão do tempo. Quero dizer que segurança e violência doméstica são assuntos latentes aqui, mas eu venho falar da Segurança Pública, em especial da Polícia Civil que tem um papel importantíssimo dentro desse trabalho, no sentido de melhorar a segurança pública e coibir crimes como a violência doméstica e todo tipo de criminalidade. Na semana passada, eu apresentei uma indicação endereçada à SAD e à Sejusp, solicitando, diante de um estudo, a reconvocação de policiais civis aposentados para resolver o problema da falta de efetivo. Nós temos um concurso já autorizado pelo governador, e eu venho pedir para que esse concurso seja tratado o mais rápido possível, mas também quero demonstrar que mesmo que isso ocorra, não vai resolver o problema,

inclusive vou mostrar alguns números que eu levantei sobre o efetivo da Polícia Civil, que são os delegados de polícia, escrivães, investigadores e peritos criminais. Todos sabem que nos últimos anos a atividade da Polícia Judiciária, que é feita pela Polícia Civil, tem aumentado muito com o pacote anticrime e com os crimes de informática. Então, o volume sempre vem aumentando. Hoje, na rede mundial de computadores, os crimes feitos pela internet criaram uma nova necessidade dentro da Polícia Civil. A média anual entre exonerações e aposentadorias é de setenta e cinco policiais por ano, e quando a gente vai para o quadro da Polícia Civil, que é da Lei nº 114/2005, temos que lembrar que o concurso está aberto com quatrocentas vagas, sendo trezentas para escrivães e cem para investigadores. Isso nos traz algumas situações preocupantes. O quadro de investigador de polícia, por exemplo, tem uma quantidade prevista de 1980, o quadro de 2005 tem mil, duzentas e dez vagas ocupadas, portanto já teria um déficit de setecentas e dez vagas, ou seja 39% do quadro. Nós temos um concurso com trezentas vagas que vai cobrir um déficit de setecentas e dez, ficando com um déficit de mais de quatrocentas, só que esse quadro de 2005... Quando você atualiza a população, estamos falando em 32% de aumento da população nesse período. Então, se esse quadro for atualizado, ele vai para dois mil, seiscentos e treze, trazendo um déficit de mil quatrocentos e três investigadores de polícia, ou seja, nós estamos falando de quase 50% do quadro defasado, levando-se em conta que durante um ano a gente perde em torno de setenta e cinco policiais entre escrivães e investigadores. Então, levando-se em consideração o tempo do concurso, o que vai ser perdido esse ano e o déficit já defasado, com essas trezentas vagas nós vamos enxugar gelo. Atualmente, no quadro de vagas de escrivães de polícia, somam seiscentos e sessenta, com quatrocentas e cinquenta e três ocupadas, um déficit de 207, 31%, quadro de 2005. Quando você atualiza esse quadro, vai para oitocentos e cinquenta e oito, então tem quatrocentas e cinco vagas a serem ocupadas, e como terão cem vagas, o déficit será de trezentas. O mesmo acontece com o perito papiloscopista: trezentas e trinta, duzentas e treze ocupadas, cento e dezessete vagas, e quando você atualiza, sobe mais 30%. Eu estou dizendo isso porque o governo fez agora o convênio para auxiliar a questão da violência doméstica com o TJ, onde a Polícia Militar e a Polícia Civil vão fazer as intimações, mas nós não temos efetivo para isso. Então, não adianta criar um termo de algo que dificilmente vai acontecer porque falta policiamento. Eu quero aqui pedir o apoio dos demais colegas porque é um estudo que tem que ser feito rapidamente. Logicamente eu não entrei na questão jurídica, mas a Polícia Militar tem uma lei que ampara a reconvocação de servidores e de policiais militares que vão para a reserva, e isso tem dado um efeito importante para a Polícia Militar. Então, se a gente conseguir trazer do mesmo modo para Polícia Civil, tem muitos escrivães de polícia e investigadores que têm condições de retornar ao cargo para liberar outros policiais que terão atividades de rua, atividades de informação, como essa do convênio com o TJ. Nós precisamos resolver isso com urgência, deputada Mara, porque

hoje tem delegacia com somente um policial para abrir a porta, e não tem condições de ele atender nada porque não tem efetivo. A gente reconhece o trabalho que o Governo do Estado fez com relação à parte estrutural nas delegacias, nos batalhões da Polícia Militar, nos destacamentos, viaturas, armamento, melhora na estrutura física, mas chegou um momento que o efetivo pede socorro. Então, nós temos que tentar outras formas. O concurso é uma forma legal, mas ele tem um prazo e uma quantidade de vagas disponibilizadas, mas é hora de priorizar o que é prioritário. Segurança pública é prioritário...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pode falar, deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Na mesma seara, eu coloco aqui o meu apoio a sua reivindicação, em função de todas as demandas que tenho recebido dos prefeitos, vereadores e lideranças do Estado de Mato Grosso do Sul, que pediram aumento de efetivo na Polícia Civil e na Polícia Militar. Nós entendemos que tem que ser de imediato, principalmente agora com esse acordo dos militares e dos civis que terão que atender as intimações, principalmente no que diz respeito aos muitos casos de violência doméstica, o efetivo que já está decadente vai ficar ainda pior. Como o concurso ainda vai demorar um tempo, será necessário um outro tipo de atitude, de ação, para que a gente possa, de imediato, atender à urgência e emergência que há dentro da segurança pública. Parabéns por trazer esse tema à tribuna.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado pelo aparte, deputada Mara. É isso, nós estamos imbuídos no mesmo objetivo. Não adianta a gente debater e colocar texto que não vai se transformar em realidade. Eu estou dizendo isso porque a senhora também caminha muito pelo interior. Aqui na Capital tem uma grande quantidade de policiais militares nas ruas, é um trabalho importante ampliar o atendimento da polícia preventiva, mas essa quantidade de policiais que tomou posse, que se formou, gera demanda para a Polícia Civil porque são atividades da Polícia Judiciária. Você tem o crime, tem a prevenção, mas vão chegar as prisões, os inquéritos para serem instaurados, e é preciso responder a esse aumento de demanda com o Policial Civil, e nós não temos condições. Volto a repetir: o quadro está defasado, é um quadro antigo, de 2005, o concurso não vai conseguir suprir e nós precisamos de uma atitude urgente. Nos anos anteriores, tivemos concurso para delegados de polícia, mas já está defasado, assim como o concurso de investigador, escrivão, perito papiloscopista, médico legista, e isso tudo faz parte de um grande conjunto para que a segurança pública funcione a contento.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Conceda-me um aparte, deputado?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Um aparte, deputado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Eu estava ouvindo atentamente o seu pronunciamento, antes até da intervenção da deputada Mara, mas eu queria dizer ao senhor que é delegado de polícia, servidor de carreira, que com tudo isso que está acontecendo, seria importante Vossa Excelência e o deputado Coronel David, que são das forças de segurança, insistirem num tema fundamental que é a questão do adicional de fronteira para as forças de segurança, como existe no Exército, na Marinha, na Polícia Federal. Há uma situação aqui que é recorrente, haja vista que a falta de efetivo é muito maior nas regiões de fronteira. É muito comum a pessoa fazer concurso e já chegar na fronteira de costa, pronta para voltar para a Capital, porque não há incentivo ou concurso regionalizado. Então, eu acho que uma das saídas importantes seria a criação do adicional de fronteira, e para isso, eu peço o apoio de Vossas Excelências.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado pelo aparte, deputado Paulo Duarte. É importante lembrar que essa é também uma forma de manter o policial na ativa, mantê-lo trabalhando. Fato é que a gente perde muito por remoção, por aqueles que acabam desistindo, ou aqueles que assumem funções em outros estados, e por isso o adicional de fronteira é necessário. Além disso, nós temos que tratar sobre a questão salarial, o pagamento de horas extraordinárias, mas acho que o mais importante, no momento, é a questão do efetivo, porque nós não estamos tendo condições de atender às demandas que estão chegando nas delegacias de polícia de todo o estado, seja na Capital ou no interior. A atividade da Polícia Judiciária não está sendo ao contento, e aí quando acontece problemas, falhas que são de seres humanos, tem a questão do excesso de trabalho muitas vezes por conta da falta desse efetivo para auxiliar e para que as coisas sigam naturalmente. A minha fala hoje foi para isso, foi para pedir mais uma vez o apoio dos colegas para que a gente tenha o início desse concurso, deputada Mara, o mais rápido possível, mesmo sendo com vagas insuficientes, mas pedir esse estudo por parte da SAD, Sejusp, Segov, da possibilidade de uma lei, que tenho certeza que a Assembleia Legislativa irá tramitar e aprovar com rapidez, que possa autorizar a chamada desses policiais que se encontram aposentados e que têm condições de voltar a exercer suas funções, recebendo uma gratificação, aos moldes do que acontece com a Polícia Militar. Isso vai ser uma ação direta, e fazendo isso nós vamos ter condições de reconvocar com rapidez e dar uma atenção imediata ao problema que existe nessa área da Polícia Judiciária. Nós vamos continuar com a questão do concurso, vamos buscar mais vagas, vamos priorizar o que é prioridade, tirar recurso de um lugar e colocar no outro. Eu sei o que estou falando, porque fui secretário de Governo: não existe dois dinheiros, não existe recurso brotando de árvore, é gestão e orçamento, mas no momento nós precisamos priorizar aquilo que está desgastando a nossa sociedade. Nós já tivemos várias sessões aqui falando sobre os problemas na segurança pública, deputado Pedro Kemp. Então, se é uma prioridade, nós vamos organizar ações para que os recursos venham, para que as vagas sejam maiores,

para trazer efetivo e minimizar essa questão do atendimento da Polícia Judiciária. Quero finalizar dizendo que a Polícia Civil de Mato Grosso do Sul é uma das melhores polícias do Brasil e merece o reconhecimento salarial, merece o reconhecimento de efetivo, merece o reconhecimento de estrutura, que inclusive tem sido dada pelo Governo do Estado, a gente tem que fazer justiça, mas é o momento de nos unirmos para dar uma resposta imediata para a sociedade. Eu falo aqui como delegado de polícia aposentado, mas principalmente como cidadão sul-mato-grossense que ouve os anseios da população com relação à segurança pública. Peço o apoio de Vossas Excelências para a gente avançar nesse tema. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu gostaria de registrar e agradecer a presença do senhor Juliano Santos, vereador do município de Dois Irmãos do Buriti; do Lucas Lázaro, vereador do município de Costa Rica; do Ju Kleber, da Amanda Inácio e do Mateus, vereadores do município de Aparecida do Taboado; do amigo e consultor jurídico do TCE, doutor Luiz Henrique Volpe. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Projeto de Lei nº 224/2024. Autor: deputado Junior Mochi. Retirado de pauta. O autor não se encontra presente. Item 2. Projeto de Lei nº 029/2025. Autor: Tribunal de Contas. "Fixa o subsídio mensal dos conselheiros, dos conselheiros substitutos e dos membros do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, consoante o que dispõem os parágrafos 4º e 5º do artigo 80, e o parágrafo 4º do artigo 81, ambos da Constituição Estadual, considerando a necessidade de adequação legislativa do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) às atualizações da Lei Federal nº 14.520/2023". O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Estamos em votação, senhor presidente, mas quero registrar aqui na sessão de hoje algumas notícias que repercutem em mídia nacional. A primeira delas é que o Produto Interno Bruto (PIB) do mês de janeiro cresceu

0,9%, ou seja, três vezes mais do que o dito infame mercado vinha estimando. A segunda notícia importante é que os trabalhadores mais pobres do Brasil foram os que tiveram maior aumento de renda em 2024, 10,07%, superando a inflação. O terceiro aspecto importante do noticiário é que o Supremo Tribunal Federal derrubou as oito leis que facilitavam o porte de arma, consequência de ações do governo Lula. E o quarto aspecto, não menos importante, é que o presidente Lula está encaminhando, hoje, ao Congresso Nacional, um projeto de lei que isenta Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais. Isso significa que, aproximadamente, dez milhões de pessoas vão deixar de pagar Imposto de Renda. Brasil no rumo certo. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 029/2025, de autoria do Tribunal de Contas.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário, o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Solicito às comissões de mérito que tenham empenho para que a gente possa, até amanhã, emitir os pareceres. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 039/2025. Autor: deputado Marcio Fernandes, em coautoria com os deputados Gerson Claro, Neno Razuk e Paulo Corrêa. "Altera dispositivo da Lei nº 5.321, de 10 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a proibição da captura, do embarque, do transporte, da comercialização, do processamento e da industrialização da espécie *Salminus Brasiliensis* ou *Salminus Maxillosus* – Dourado". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, gostaria de pedir vista do projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Concedido vista do projeto à deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, vinte e oito indicações e duas moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os

aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao expediente. Item 5. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento da senhora Celicia Vilalva de Freitas. Moção de pesar, proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Valdo Anderson Boscarski.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Gostaria pedir ao deputado Paulo Corrêa para assinar em conjunto a moção de pesar pelo falecimento da mãe da dona Cecília Zauith.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos transformar essa moção de pesar em nome da Casa. Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para registrar meu voto contrário à moção do deputado Zeca do PT.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Eu gostaria de solicitar para subscrever a moção de pesar, mas Vossa Excelência já colocou pela Casa. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Senhor presidente, só queria mencionar que hoje tomou posse o Conselho Estadual de Mulheres, cuja presidência já foi definida. A Marcha Mundial das Mulheres assume a presidência e a Defensoria Pública a vice-presidência. Esse é um conselho superimportante sobre a pauta que nós estamos debatendo, lembrando que esse conselho é que vai organizar as conferências de mulheres aqui no Estado de Mato Grosso do Sul. Então, eu gostaria de parabenizar todas as mulheres

que ocuparam os cargos no conselho, em especial as que assumiram a presidência e vice-presidência. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Carlito Eleutério, vereador do município de Glória de Dourados. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Quero deixar registrado que o senhor José Orcírio Miranda dos Santos, deputado estadual, irá representar a Assembleia Legislativa, em Brasília, no Movimento Nacional dos Papeleiros e Papeleiras. O encontro nacional de lideranças será nos dias 24, 25, 26 e 27. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, nesse encontro eu vou levar as preocupações que a Comissão de Meio Ambiente, sob a liderança do deputado Renato Câmara, discutiu aqui sobre a questão do esgotamento das nascentes dos rios na região do plantio, particularmente da floresta de eucalipto, problema demandado com a necessidade de se encontrar alternativas para alimentação da fauna naquela região, que não tem mais nada para comer. Os assentamentos situados na floresta de eucalipto correm um enorme risco de incêndio, como os que a gente vê acontecer no Canadá, nos Estados Unidos e em tantos outros países do mundo. Portanto, são temas que preservam o nosso compromisso com o desenvolvimento econômico, mas que sejam tomadas essas preocupações como motivo de debate em nível nacional. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência convoca a CCJR e as comissões de mérito para a emissão de pareceres dos projetos aptos a serem votados, amanhã às 8h. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente sessão (11h11min.)